

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSIANE SOUSA PINHEIRO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA DE
DECISÃO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE DURANTE A PANDEMIA:** um estudo de caso em uma Cooperativa de
Crédito em São Luís - MA

São Luís
2023

JOSIANE SOUSA PINHEIRO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA DE
DECISÃO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE DURANTE A PANDEMIA: um estudo de caso em uma Cooperativa de
Crédito em São Luís – MA.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Gustavo Pereira Nunes.

São Luís

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro Universitário – UNDB / Biblioteca

Pinheiro, Josiane Sousa

Análise das demonstrações contábeis como ferramenta de decisão para a concessão de crédito às empresas de pequeno porte durante a pandemia: um estudo de caso em uma Cooperativa de crédito em São Luís- MA. / Josiane Sousa Pinheiro. __ São Luís, 2023.

60 f.

Orientador: Prof. Esp. Gustavo Pereira Nunes.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Curso de Ciências Contábeis – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2023.

1. Empresas de Pequeno Porte. 2. Cooperativas. 3. Concessão de crédito. 4. Covid-19. 5. Demonstrações contábeis. I. Título.

CDU 657.62:616-036.21(812.1)

JOSIANE SOUSA PINHEIRO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA DE
DECISÃO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE DURANTE A PANDEMIA: um estudo de caso em uma Cooperativa de
Crédito em São Luís – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Esp. Gustavo Pereira Nunes (Orientador)

Especialista em Gestão Empresarial (FGV)

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Prof. Esp. Cloves Rodrigues da Silva Neto (Examinador 1)

Especialista em Contabilidade (FUCAPE)

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Prof. Me. João Themistocles Ribeiro Adler Delgado Madeira (Examinador 2)

Mestre em Gestão Empresarial (FGV)

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Dedico a minha mãe e meu pai por todo incentivo, dedicação e esforços atribuídos para a minha educação. Ao meu esposo por me ajudar a não desistir e a toda a minha família que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por ter me concedido o dom da vida e saúde para a realização deste trabalho de conclusão de curso. E que em sua infinita bondade permitiu que eu tivesse determinação para ultrapassar os obstáculos encontrados.

Aos meus pais que mesmo em situações difíceis não mediram esforços para que eu tivesse direito a uma educação básica, a minha irmã por sempre acreditar em mim e juntos me incentivaram nos momentos difíceis, assim como meu esposo que sempre esteve presente me dando força para não desistir e junto com os meus filhos compreenderam a minha ausência no período que dediquei para a elaboração deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador por ter aceitado o desafio de conduzir este trabalho de pesquisa em um prazo tão curto de tempo, por suas correções e incentivos a não parar e seguir em frente para conclusão deste trabalho.

A todos do quadro docente do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNDB pela excelência do ensino aplicado em cada encontro na sala de aula e que contribuíram com a minha trajetória acadêmica e a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

*“O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas sim pelas dificuldades que superou no caminho.”
(ABRAHAM LINCOLN).*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar que a análise das demonstrações contábeis pode assegurar às cooperativas de crédito concessões seguras e sustentáveis mediante a apresentação de informações fidedignas. Para que esse objetivo pudesse ser atingindo o problema desta pesquisa foi como as cooperativas de crédito elaboram a análise das demonstrações contábeis para auxiliarem na tomada de decisão na concessão do crédito para as Empresas de Pequeno Porte visto a carência de informações contábeis? Nesse âmbito, a metodologia desse trabalho é caracterizada como sendo de natureza básica, cuja finalidade trata-se de uma pesquisa exploratória visando o levantamento bibliográfico em artigos científicos e monografias, páginas virtuais de notícias e livros. O instrumento da coleta de dados será através de relatórios concedidos pela cooperativa e aplicação de uma entrevista estruturada com o gerente geral da cooperativa de crédito com a intenção de obtenção de informações diretamente relacionadas sobre o processo de concessão de créditos, onde observamos a fragilidade mediante a apresentação dos documentos contábeis pelas empresas de pequeno porte assim como a aplicação do balanço perguntado pela cooperativa de crédito, que é uma metodologia para o levantamento de informações econômico-financeira que não traz valores exatos. Por fim, a pesquisa constatou que os sócios e administradores das empresas não demonstram conhecimento sobre a importância da emissão dos demonstrativos contábeis como ferramenta para auxiliar na gestão de suas entidades. Assim como a emissão desses documentos são fundamentais para auxiliarem os analistas da cooperativa na concessão ou não do crédito.

Palavras-chave: Empresa de Pequeno Porte. Cooperativas. Concessão de crédito. Covid-19. Demonstrações Contábeis. Gestão

ABSTRACT

The main objective of this work is to demonstrate that the analysis of financial statements can assure safe and sustainable concessions to credit unions through the presentation of reliable information. So that this objective could be achieved, the problem of this research was how do credit unions prepare the analysis of financial statements to assist in decision-making in granting credit to Small Businesses, given the lack of accounting information? In this context, the methodology of this work is characterized as being of a basic nature, whose purpose is an exploratory research aimed at the bibliographical survey in scientific articles and monographs, virtual pages of news and books. The data collection instrument will be through reports granted by the cooperative and application of a structured interview with the general manager of the credit union with the intention of obtaining information directly related to the credit granting process, where we observe the fragility through the presentation of accounting documents by small companies, as well as the application of the balance requested by the credit union, which is a methodology for gathering economic-financial information that does not bring exact values. Finally, the research found that the partners and administrators of the companies do not demonstrate knowledge about the importance of issuing accounting statements as a tool to assist in the management of their entities. As well as the issuance of these documents, they are fundamental to assist the cooperative's analysts in granting or not credit.

Keywords: Small Business. Cooperatives. Credit granting. Covid-19. Accounting statements. Management

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de empresas abertas e fechadas no Brasil.....	29
Gráfico 2 – Base cadastral.	43
Gráfico 3 – Concessões de crédito.	44
Gráfico 4 – Produtos de créditos liberados.	45
Gráfico 5 – Motivos da negativa do crédito pela cooperativa.	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios – 2ª edição.....	25
Quadro 2 – O impacto do Covid-19 no faturamento dos pequenos negócios – 4ª edição.....	26
Quadro 3 – Razões de não conseguir empréstimo – 4ª edição.....	27
Quadro 4 – Medidas governamentais para compensar os efeitos da crise – 10ª edição	28
Quadro 5 – Liquidez Geral.....	34
Quadro 6 – Liquidez Corrente	34
Quadro 7 – Liquidez Seca	35
Quadro 8 – Endividamento Geral	35
Quadro 9 – Participação de Capital de Terceiros	35
Quadro 10 – Composição do Endividamento	35
Quadro 11 – Pesquisas semelhantes ao tema proposto	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Abertura e fechamento de EPP	29
Tabela 2 – Documentação para análise do crédito	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BACEN	Banco Central do Brasil
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EPP	Empresas de Pequeno Porte
FGCoop	Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
MPES	Micro e Pequenas Empresas
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PRONAMPE	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNDB	Unidade de Ensino Superior Dom Bosco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema	16
1.2 Justificativa	17
1.3 Objetivo	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivo Específico	18
2 REFERENCIAL TEORICO	19
2.1 Cooperativismo de Crédito	19
2.2 Classificação das Empresas de Pequeno Porte	21
2.3 Impactos da Pandemia nas Empresas de Pequeno Porte	24
2.3.1 Abertura e Fechamento das Empresas de Pequeno Porte	29
2.4 A Contabilidade e as Demonstrações Contábeis	30
2.4.1 A obrigatoriedade das Demonstrações Contábeis conforme a norma	30
2.4.2 As Demonstrações Contábeis e a avaliação economica-financeira	32
2.4.3 Análise das Demonstrações Contábeis através dos indicadores financeiros ...	33
2.5 Estado da Arte	36
2.5.1 Samantha Dantas Mendes (2020) - A Importância da Contabilidade como Instrumento de Gestão nas Empresas: Uma Análise dos Impactos do Coronavírus nas Micro e Pequenas Empresas da Cidade de João Pessoa/PB	37
2.5.2 Caroline Flores Silva (2021) - Dificuldades das micro e pequenas empresas durante a Pandemia: uma análise a partir do ponto de vista dos Empresários	38
2.5.3 Ângela Beatriz da Silva Medeiros (2021) - Os impactos das soluções financeiras ofertadas por uma cooperativa de crédito para pequenas empresas durante a pandemia da COVID-19	38
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	40
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
4.1 Balanço Perguntado	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
APENDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	55
APENDICE B - MODELO DE ENTREVISTA	57
ANEXO 1 - BALANÇO PERGUNTADO	58

1 INTRODUÇÃO

A disseminação de um novo vírus assolou o país em meados de 2019, identificado como coronavírus. Em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, responsável por causar a doença Covid-19, em 11 de março de 2020 o Covid-19 foi caracterizado pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia, em 21 de março de 2021 o Brasil recebe as primeiras doses de vacinas contra a Covid-19 por meio do mecanismo COVAX, que é uma aliança internacional conduzida pela OMS entre outras organizações com o objetivo de acelerar o desenvolvimento e produção de vacinas contra a Covid-19, conforme informações extraídas do site da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

O Ministério da Saúde, em sua página eletrônica traz a notícia que houve o surgimento de variantes do SARS-CoV-2, com preocupação maior para a variante ÔMICRON, cuja existência foi reportada pela primeira vez à OMS em 24/11/2021 pela África do Sul. Publicou também que até 12/2021 foram confirmados no Brasil cinco casos da variante, sendo três em São Paulo e dois no Distrito Federal e em 06/01/2022, o Brasil registra o número de 21.626.836 pessoas curadas da Covid-19, o número é maior que a quantidade de pacientes em acompanhamento médico (140.453). Já em 22/04/2022 o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, assinou a portaria que declara o fim da Emergência em Saúde Pública de importância nacional, causada pela pandemia no Brasil, ambas as notícias foram publicadas na página virtual do Ministério da Saúde e em 05/05/2023 a OMS declarou o fim da emergência de saúde pública da pandemia da Covid-19 em todo o planeta.

A pandemia do Covid-19 causou repercussão não somente no cenário social, mas também no cenário econômico o que impactou o mercado financeiro e de crédito, afetando diretamente o funcionamento das Empresa de Pequeno Porte, levando algumas a encerrarem suas atividades. Tal situação motivou as empresas a buscarem crédito juntos das instituições bancárias como medida para fomentar seus negócios.

Os dados consolidados sobre a atividade empresarial do Maranhão, conforme apresentado pelo Anuário Estatístico 2020 da Junta Comercial do estado, expõe que o estado alcançou em 2020 a marca de 316.931 (trezentas e dezesseis mil, novecentos e trinta e uma) empresas em atividade. Analisando pelo porte empresarial observou-se que 12.168 (doze mil, cento e sessenta e oito) referem-se

ao total de Empresas de Pequeno Porte (EPP). No anuário também foi relatado que em 2020 o maranhão teve o encerramento de 12.816 (doze mil, oitocentos e dezesseis) empresas, sendo 355 (trezentos e cinquenta e cinco) Empresas de Pequeno Porte.

O Boletim Econômico da Serasa *Experian* datado de novembro de 2021 aborda que cerca de 5,3 milhões de Micro e Empresas de Pequeno Porte estavam com dívidas em atraso e, por isso, negativadas ao final de setembro de 2021, sendo que destas 50,6% pertencem ao setor de serviços e 40,7% pertencem ao setor de comércio. Durante a pandemia do covid-19 estes setores foram os mais prejudicados pelas medidas de contenção da pandemia o que motivou a demanda por crédito junto as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para suportarem a continuidade de seus negócios.

É importante ressaltar diante desse cenário que a análise de crédito não é uma responsabilidade apenas do analista de crédito, mas de todos os envolvidos no processo de concessão, sendo o analista a pessoa dotada de conhecimento técnico sobre o tema, portanto com condições de realizar análises mais detalhadas e com informações precisas para a tomada de decisão sobre o crédito solicitado.

A responsabilidade pelo crédito não se resume a imputação dos dados do associado ou da operação em sistema, uma vez que existe todo um processo que envolve o Ciclo do Crédito onde o concessor e os membros que compõe o comitê de crédito precisam conhecer o associado, sua real necessidade e realidade para que assim possam tomar decisões assertivas quanto a oferta do crédito e o analista possa ter um diagnóstico da empresa quanto ao índice de endividamento, índice de liquidez e capacidade de pagamento.

Conforme a 8ª edição da pesquisa Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil, produzida pelo SEBRAE no período de 14/09/2020 a 11/11/2020, traz informação do aumento em 35% do volume de crédito concedido pelos bancos, ao se comparar com o segundo trimestre de 2019. Conforme pesquisa o volume de concessões de crédito passou de 65 bilhões de reais no segundo trimestre de 2019 para 87 bilhões no segundo trimestre 2020. Na mesma pesquisa foi identificado que entre os ramos dos pequenos negócios o aumento no volume do crédito ficou concentrada nas EPP, cujo percentual de concessões foi de 83%.

Para possibilitar às Empresas de Pequeno Porte o acesso aos empréstimos, as cooperativas de crédito atuam no sistema financeiro como

intermediadoras entre os ofertantes e os demandantes de recursos financeiros. Dessa forma este trabalho visa abordar a importância do processo de análise das concessões do crédito por meio dos demonstrativos contábeis por serem ferramentas de importantes informações sobre a situação patrimonial e financeira das EPP. Além de mencionar as fragilidades encontradas nos documentos enviados pelos empresários/administradores e que são recebidos pelas cooperativas de crédito.

Quanto a elaboração deste trabalho tem como objetivo demonstrar que a análise das demonstrações contábeis através de informações fidedignas garante às cooperativas de crédito concessões seguras e sustentáveis em suas operações de crédito. Dessa forma, o trabalho será estruturado em 05 (cinco) capítulos, sendo o primeiro composto pela introdução, a problematização das empresas de pequeno porte no que se refere a carência de informações contábeis junto a solicitação do crédito nas cooperativas de crédito, a justificativa com argumentações que resultou na elaboração desta pesquisa, os objetivos gerais e específicos.

O segundo capítulo refere-se ao referencial teórico onde será exposto o conceito de cooperativas de créditos e o que as difere dos bancos, a classificação das empresas de pequeno porte e os impactos sofridos durante a pandemia, os produtos ofertados pela cooperativa de crédito e as principais demonstrações utilizadas como ferramenta para auxiliar na tomada de decisão pela concessão do crédito.

Na sequência vem o terceiro capítulo com a metodologia aplicada na elaboração desta pesquisa. O quarto capítulo corresponde aos resultados e discussões proveniente da análise dos dados fornecidos pela empresa e artigos baixados da plataforma do Google Acadêmico. E por fim o quinto e último capítulo que trouxe a apresentação das considerações finais onde será comentado se os objetivos foram alcançados, evidenciando a contribuição desta pesquisa para as cooperativas de créditos, empresários, profissionais contábeis e comunidade acadêmica.

1.1 Problema

A crise sanitária instalada no país devido a pandemia do coronavírus contribuiu com a suspensão das atividades de muitas empresas, chegando até mesmo a ocasionar o fechamento de muitos negócios por conta das medidas de restrições instaladas em cada região. Esta situação impactou diretamente nas empresas de pequeno porte que tem buscado estratégias para se manter ativa.

Para enfrentar a pandemia as empresas de pequeno porte recorrem as cooperativas de crédito, assim como as demais instituições financeiras, em busca de linhas de crédito para auxiliar a continuidade de seus negócios e como meio para prover seu capital de giro. No entanto muitos donos de pequenos empreendimentos tiveram negados os pedidos de créditos por falta de apresentação dos documentos contábeis para a formalização do crédito, pois demonstrações incompletas ou que não refletem com fidedignidade a realidade da empresa inviabiliza a análise da capacidade de pagamento assim como a aprovação do crédito.

Sendo assim, a pesquisa tratará da importância da análise das demonstrações contábeis como ferramenta suporte para tomada de decisões à concessão do crédito e as dificuldades encontradas pelas cooperativas para obter informações fidedignas. Partindo das explicações apresentadas, o trabalho levanta a seguinte problemática: Como as cooperativas de crédito elaboram a análise das demonstrações contábeis para auxiliarem na tomada de decisão na concessão do crédito para as Empresas de Pequeno Porte visto a carência de informações contábeis?

1.2 Justificativa

A pesquisa irá abordar a realidade enfrentada por muitos sócios e administradores das empresas de pequeno porte que driblam a situação econômica atual por sua sobrevivência no mercado, demonstrando em algumas situações flexibilidade ao lidar com as dificuldades. Assim como destacar que a falta de gestão, a ausência de conhecimento em analisar e compreender as demonstrações contábeis e a ausência de controles financeiros podem criar gargalos que impedem os resultados esperados.

Este trabalho se justifica na necessidade de expor informações importantes para os gestores de empresas, os acadêmicos, aprimoramento das políticas de crédito das instituições financeiras e contribuir com novos estudos contribuindo dessa forma com o aprimoramento de processos para as análises de crédito através das demonstrações contábeis.

Dessa forma esta pesquisa visa contribuir com a redução da inadimplência e auxiliar as instituições financeiras no momento da concessão do crédito observando a viabilidade das operações onde as análises elaboradas darão às cooperativas de

crédito o poder de decisão sobre a recomendação do crédito e irá proporcionar para as empresas informações necessárias para a tomada de decisões conforme os registros contábeis.

1.3 Objetivo

1.3.1 Objetivo Geral

Demonstrar que a análise das demonstrações contábeis através de informações fidedignas assegura às cooperativas de crédito concessões seguras e sustentáveis em suas operações.

1.3.2 Objetivo Específico

- a) Explanar como funciona o processo da análise para concessão do crédito para as Empresas de Pequeno Porte;
- b) Identificar quais demonstrações contábeis são utilizadas para a realização das análises e os critérios usados para liberação do crédito;
- c) Pontuar melhorias no processo da concessão em meio às dificuldades das empresas em conceder a documentação necessária para a análise do crédito.

2 REFERENCIAL TEORICO

Esse capítulo tem o intuito de apresentar a base teórica visando estabelecer embasamentos conceituais com trabalhos já elaborados sobre o tema proposto desta pesquisa e que servirão para nortear o desenvolvimento do problema abordado através da abordagem sobre o tema em livros, monografias, artigos científicos e páginas virtuais.

2.1 Cooperativismo de Crédito

Segundo o Portal do Cooperativismo de Crédito (2016) uma instituição financeira cooperativa, ou simplesmente cooperativa de crédito, é uma associação de pessoas, que ingressam voluntariamente (se tornando sócias) e que passam a fazer suas movimentações financeiras através dela assim como fazem nos bancos. As pessoas associadas passam a ser tratados como os donos da cooperativa, juntamente com centenas ou milhares de outras pessoas, tendo como benefícios melhores taxas, melhor atendimento e distribuição de sobras.

Ariovaldo (2008, p. 01) informa que a expressão “cooperativismo” se origina da palavra “cooperação” oriunda do latim “*cooperari*”, que significa operar conjuntamente, daí a ideia de prestar ajuda, auxílio em prol da sociedade como um todo. O Cooperativismo encontrou forma e consistência no movimento dos Pioneiros de Rochdale onde 28 tecelões fundaram a Sociedade dos Probos Pioneira de Rochdale em busca de alternativas devido as explorações que sofriam sob o sistema capitalista em meio à Revolução Industrial. O modo de funcionamento estabelecido pela Sociedade dos Probos Pioneira de Rochdale continha princípios que regem a doutrina do cooperativismo. Segundo Ariovaldo (2008, p. 03) os princípios abrangiam:

- A livre adesão e demissão dos sócios;
- Um voto por pessoa;
- Distribuição de ganhos proporcional às operações realizadas pelos sócios;
- Vendas realizadas apenas à vista a fim de que os trabalhadores só assumissem responsabilidades com as quais pudessem arcar;
- Dos ganhos uma parcela seria destinada a um fundo para educação dos membros cooperados;
- Taxa limitada de juros do capital
- Gestão democrática

O cooperativismo ganhou força com a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1895, visto que os princípios que hoje norteiam o cooperativismo foram revistos, em 1995, no Congresso Centenário da ACI em Londres, Inglaterra (ARIOSVALDO, 2008). Dessa forma, os princípios que norteiam o cooperativismo hoje são: Adesão voluntária e livre, Gestão democrática e livre, Participação econômica dos cooperados, Autonomia e independência, Educação, formação e informação, Intercooperação e Preocupação pela comunidade. O Banco Central do Brasil relata em seu endereço eletrônico que:

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os associados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços.

Os associados, usuários/clientes das cooperativas, podem encontrar os principais serviços disponíveis como nos bancos, sendo eles a conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, capital de giro, adquirência, seguros, consorcio e financiamentos de máquinas e veículos.

As cooperativas de crédito regem-se pela Lei 4.595 de 31.12.1964, Lei Complementar 130 de 17.04.2009, pelos atos normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, pelo respectivo estatuto social e pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Por força da Lei 5.764/71, as cooperativas de crédito devem adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Cooperativa", vedada a utilização da palavra "Banco", conforme descrito em seu artigo 5º (BRASIL, 1971).

No que confere à legislação nacional, a Política Nacional de Cooperativismo, Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, quanto a sua estrutura as cooperativas podem ser classificadas em Cooperativas Singulares, quando constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas que poderá ser física e/ou jurídica e cujo objetivo é a prestação de serviços direto aos associados. Cooperativas Centrais e Federações de Cooperativas, que são constituídas por no mínimo 3 (três) cooperativas singulares sendo que seu objetivo é organizar os serviços de interesse das filiadas e as Confederações de Cooperativas, que são constituídas por pelo menos 3 (três) cooperativas Centrais ou Federações, onde seu objetivo é orientar e coordenar as atividades das filiadas (BRASIL, 1971).

Segundo o site do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP (2019), as cooperativas de crédito atuam somente nos municípios conforme previsto no estatuto social e a adesão de membros é limitada àqueles que satisfaçam a condição de vínculo associativo, com exceção para as cooperativas de livre admissão de associados. Em razão desta característica, as cooperativas atuam regionalmente, com captação e aplicação de seus recursos nos limites da área de atuação, o que contribui para o desenvolvimento local. As cooperativas de crédito e os bancos são instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e tendem a funcionar de maneira semelhante, porém com propósitos diferentes.

O Relatório de Inclusão Financeira (2011) do BACEN traz no capítulo 5 as diferenças entre bancos e cooperativas de crédito, onde o banco é propriedade privada e visa-se a maximizar o lucro enquanto a cooperativa de crédito a propriedade é social e não se visa a lucros. No banco é permitida a transferência das ações a terceiros em contrapartida na cooperativa não é permitida a transferência de quotas-partes a terceiros. No Banco o usuário é mero cliente, na cooperativa de crédito o usuário é tratado como o próprio dono. Os bancos tendem ao atendimento impessoal, com base na reciprocidade financeira, e focam exclusivamente a dimensão econômica enquanto na cooperativa de crédito predomina o atendimento pessoal e humanizado aos associados. Nos bancos a remuneração aos acionistas é proporcional ao capital investido e na cooperativa de crédito as sobras do exercício são distribuídas entre os associados na proporção dos produtos financeiros utilizados ou podem ser destinados aos fundos da cooperativa.

2.2 Classificação das Empresas de Pequeno Porte

No Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são microempresas e empresas de pequeno porte, ambas respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões), conforme informações extraídas do site do SEBRAE (2018). Mas para entender a representação da capacidade econômica da empresa perante o cenário econômico é necessário compreender como ocorre a sua classificação.

Conforme publicação na página virtual do SEBRAE (2022) em 05/10/1999 foi aprovada a Lei 9.841 que instituiu o Estatuto da Microempresa e Empresa de

Pequeno Porte, que instituiu benefícios administrativos, trabalhista, de crédito e de desenvolvimento empresarial. Em 14/12/2006 foi assinada a Lei Complementar de nº 123 que revoga a Lei 9.841/99 e institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Foi aprovada em 27/10/2016 a Lei Complementar 155/2016, sendo que suas atualizações entraram em vigor a partir de 01/01/2018 com algumas alterações nos artigos da LC 123/2006, essas alterações acarretaram mudanças no valor da receita bruta das microempresas e empresas de pequeno porte.

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 considera Empresas de Pequeno Porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário desde que devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

De acordo com informações levantadas na página virtual do SEBRAE (2022), os pequenos negócios podem ser classificados conforme o porte das empresas levando em consideração a receita bruta anual. De forma resumida são classificadas como Microempreendedor Individual as empresas cujo faturamento anual é até R\$ 81 mil, Microempresas o Faturamento anual é até R\$ 360 mil e Empresa de Pequeno Porte o Faturamento anual é entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões (até o ano de 2017 o limite era de 3,6 milhões).

A Empresa de Pequeno Porte assim como a Microempresa podem obter tratamentos diferenciados no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no que se refere ao recolhimento mensal dos impostos e contribuições mediante regime único de arrecadação (Brasil, 2006).

As Empresa de Pequeno Porte podem optar pelo regime tributário do Simples Nacional, que é o regime simplificado de tributação, cujo documento único de arrecadação poderá reunir até oito tributos. Em seu artigo 13, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (2006), relaciona todos os impostos

e contribuições que poderão ser recolhidos mensalmente através do documento único de arrecadação.

- I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;
- II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- V - Contribuição para o PIS/PASEP, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dediquem às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;
- VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
- VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Empresas de Pequeno Porte, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (2006) faz referência a:

- I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.
- IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014).

No Blog empresas do Serasa *Experian* (2023) consta a informação de que estabelecimentos como restaurantes, padarias e lojas podem também funcionar como Empresa de Pequeno Porte, observando o faturamento anual e ao número máximo de colaboradores contratados.

Conforme Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa de 2013 elaborado pelo SEBRAE, o critério adotado para classificação dos estabelecimentos segundo o porte foi definido por meio do texto: “Nota Metodológica para Definição dos Números Básicos de MPE”. Na referida nota técnica, o porte do estabelecimento é

classificado em função do número de pessoas ocupadas/empregadas e conforme o setor de atividade econômica.

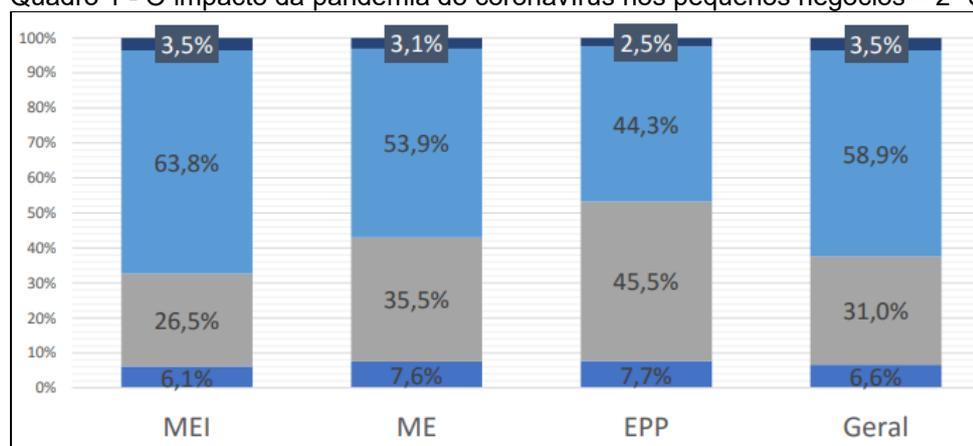
De acordo com este critério as microempresas no setor do comércio e serviços possuem até 9 empregados enquanto na indústria possuem até 19 empregados. As empresas de pequeno porte são aquelas que possuem em sua totalidade de 10 a 49 empregados no setor do comércio e serviços e de 20 a 99 empregados no setor da indústria e construção. A empresa de médio porte no setor do comércio e serviços possuem de 50 a 99 empregados enquanto no setor da indústria possuem de 100 a 499 empregados. Já as grandes empresas possuem 100 ou mais empregados no setor do comércio e serviço e 500 ou mais empregados no setor da indústria.

Para se abrir uma Empresa de Pequeno Porte, conforme artigo publicado no endereço eletrônico do SEBRAE (2021), precisa ser seguido alguns procedimentos para a sua devida legalização, como: a contratação de um profissional contábil para tratar de todo o processo burocrático; definição da natureza jurídica; razão social da empresa sendo necessário uma consulta na Junta Comercial do estado ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas sobre a viabilidade do nome, ou seja, uma consulta é realizada para a verificação de empresas com nomes iguais ou semelhantes ao escolhido; escolha da atividade da empresa com definição da área de atuação; elaboração do contrato social; registro na Junta Comercial.

2.3 Impactos da Pandemia nas Empresas de Pequeno Porte

A pandemia do Covid-19 causou repercussão no cenário econômico o que impactou o mercado financeiro e de crédito, afetando diretamente o funcionamento das Empresas de Pequeno Porte. O Ministério da Saúde adotou medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia tais como: distanciamento social, higienização das mãos, uso de máscaras, limpeza, desinfecção de ambientes e isolamento de casos suspeitos. Estas medidas foram aplicadas como forma de prevenção da propagação do vírus, mas que afetou diretamente o funcionamento das Empresas de Pequeno Porte.

Quadro 1 - O impacto da pandemia do coronavírus nos pequenos negócios – 2ª edição



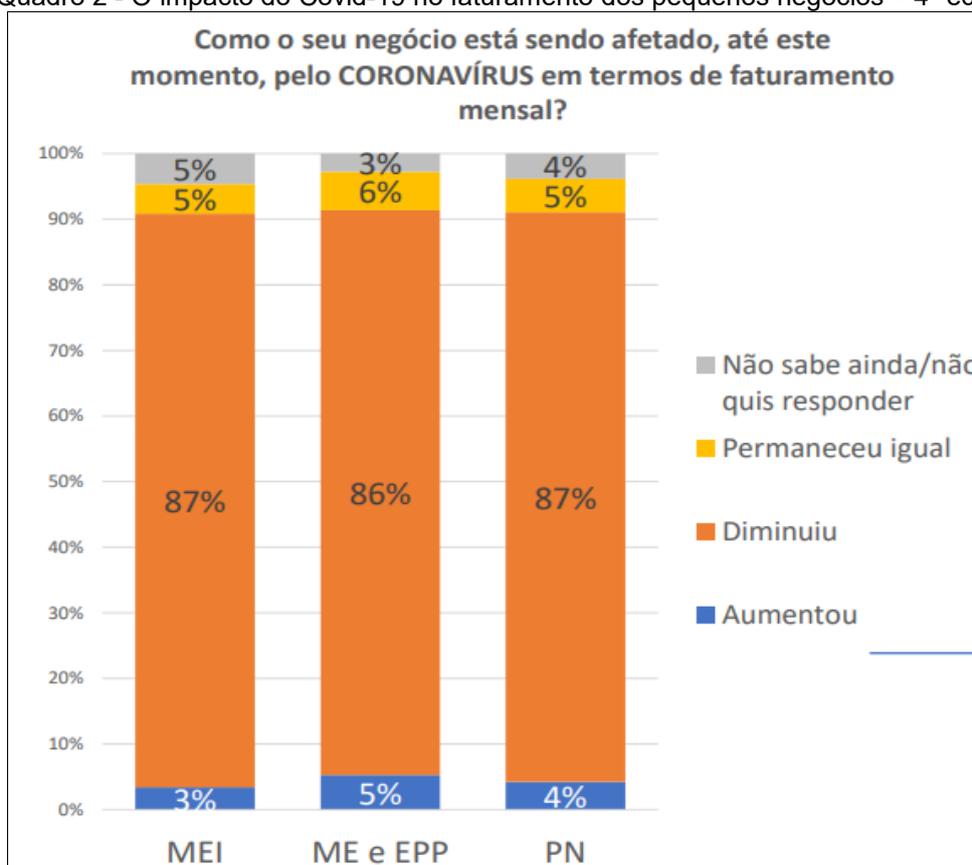
Fonte: Pesquisa SEBRAE, 2020

Na 2ª edição da pesquisa realizada pelo SEBRAE (2020) no período de 03/04/2020 a 07/04/2020, considerando um universo de 17,2 milhões de pequenos negócios com uma amostra de 6.080 respondentes, onde 23,4% são empresas de pequeno porte evidencia que destes 45,5% dos pequenos negócios mudaram a forma do funcionamento para a utilização do horário reduzido, atendimento online, aplicação do teletrabalho (*home office*) e rodízio de funcionários, 44,3% interromperam o funcionamento temporariamente, sendo que a maioria ocorreu por determinação do Governo, 7,7% não mudaram a forma de funcionar e 2,5% decidiram fechar a empresa de vez.

Desde o início da crise pandêmica, cerca de 6,7 milhões de pequenos negócios tentaram a busca por empréstimo junto as instituições financeiras assim como continua crescente o número de empresas que tiveram a solicitação do crédito negado ou ainda aguardam por respostas das instituições financeiras, conforme a 4ª edição da pesquisa realizada pelo SEBRAE (2020), diante de uma amostra de 7.703 respondentes de todos os 26 estados e Distrito Federal, a composição foi 57% Microempreendedor individual, 38% microempresa e 5,2% eram empresa de pequeno porte. Desses, 52% dos empresários responsáveis pelas microempresas e empresas de pequeno porte não conseguiram o empréstimo, 29% estão aguardando uma resposta das instituições financeiras e 19% conseguiram o crédito.

Para 86% das microempresas e empresas de pequeno porte o coronavírus continua afetando o faturamento das empresas de forma negativa, pois os respondentes informaram que diminuiu.

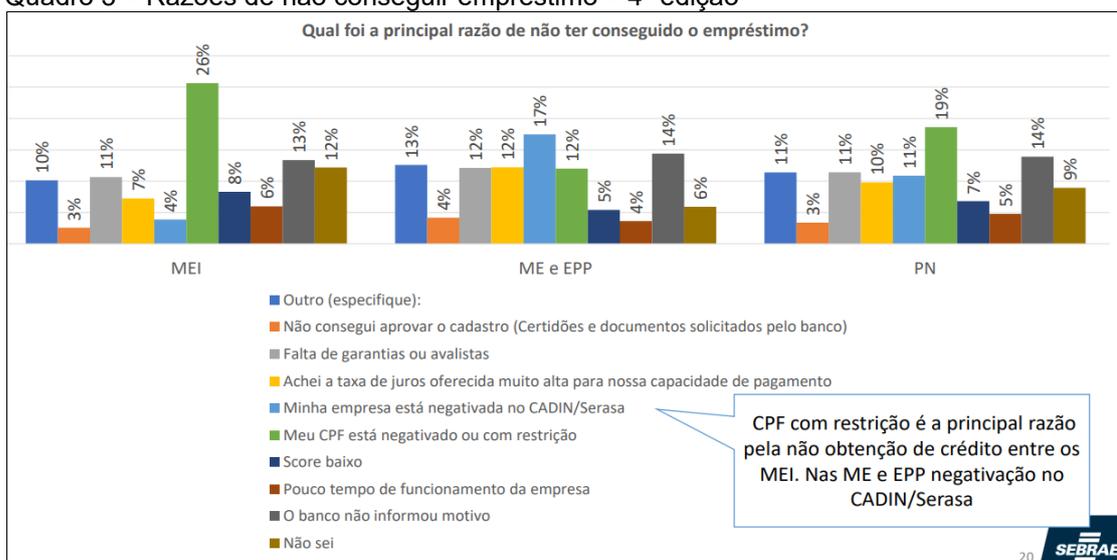
Quadro 2 - O impacto do Covid-19 no faturamento dos pequenos negócios – 4ª edição



Fonte: Pesquisa SEBRAE, 2020.

A pesquisa do SEBRAE (2020) traz informações, que foram apontadas pelas instituições financeiras, que entre os motivos das empresas de pequeno porte de não terem conseguido sucesso nas liberações do crédito seria a negatização das empresas no Serasa, a falta de apresentação de garantia, o CPF negativado ou com restrição e o outro motivo seria taxas de juros altas para a capacidade de pagamento. A pesquisa revela ainda que 37% interromperam o funcionamento temporariamente e metade das EPP alteraram a forma de funcionar, passando a utilizar com maior recorrência as redes sociais, atendimento de forma online, atendimento delivery, conforme já mencionado na 2ª edição da pesquisa SEBRAE.

Quadro 3 – Razões de não conseguir empréstimo – 4ª edição

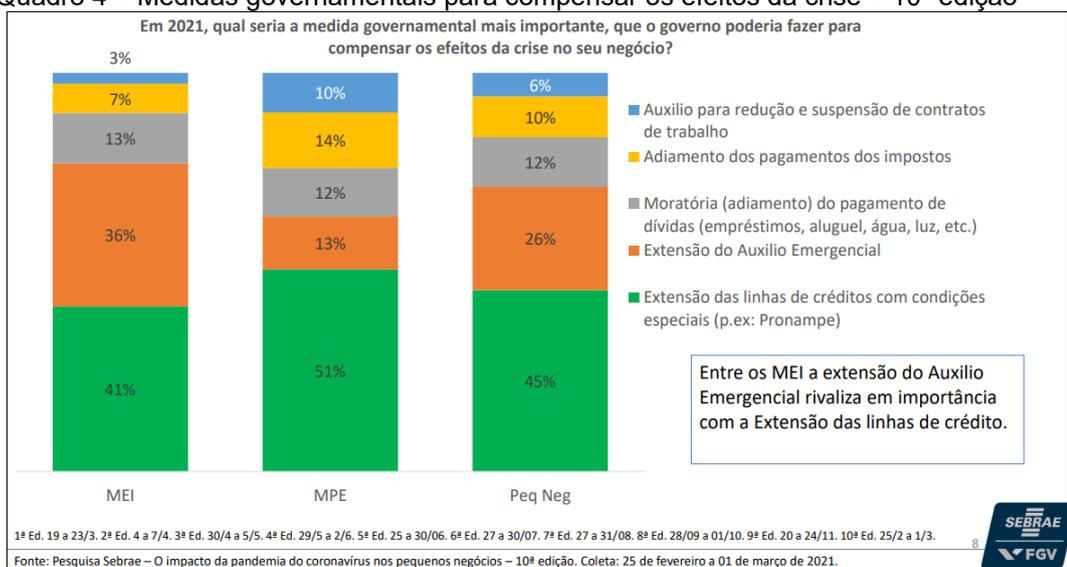


Fonte: Pesquisa SEBRAE, 2020.

Na 10ª edição da pesquisa realizada pelo SEBRAE em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas – FGV, a maioria dos respondentes quando questionado sobre qual a expectativa dos empresários com o futuro de suas empresas, os empresários demonstraram um estado de espírito de preocupação com o futuro e responderam que houve aumento de empresas com dificuldade em manter seus negócios e só piora a expectativa da situação voltar à normalidade.

Como forma de compensar os efeitos negativos da pandemia nos pequenos negócios, 45% entre as empresas de pequeno porte responderam que a extensão da linha de crédito com condições especiais, como exemplo foi citado o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE, seria a medida governamental mais importante, seguida de 26% para a extensão do auxílio emergencial.

Quadro 4 – Medidas governamentais para compensar os efeitos da crise – 10ª edição



Fonte: Pesquisa SEBRAE, 2021.

Conforme a página Gov.br, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE é um programa do governo federal destinado ao desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, sendo alterada pela Lei nº 14.161, de 02 de junho de 2021 que torna permanente o PRONAMPE, transformando-o em política oficial de crédito, com vistas a consolidar os pequenos negócios como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional.

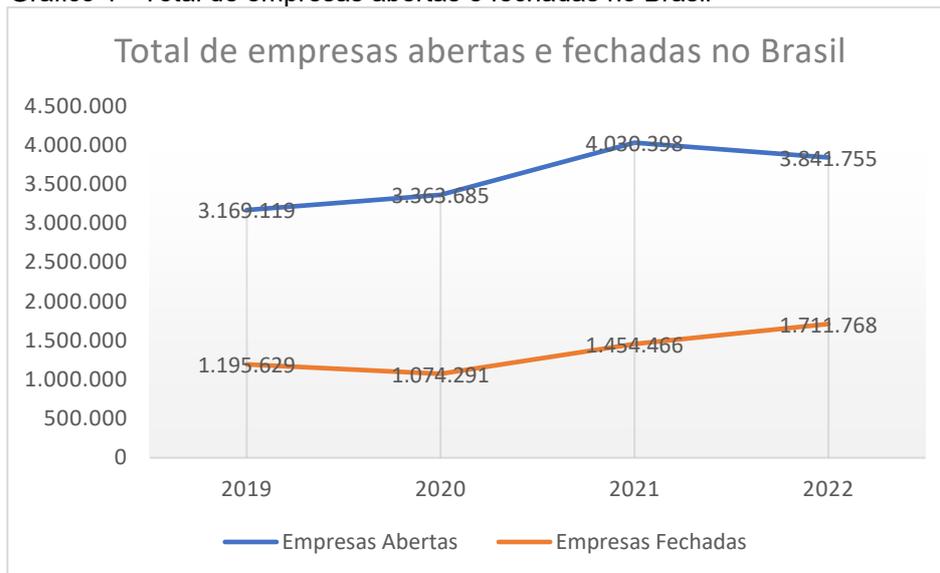
As microempresas e empresas de pequeno porte poderão utilizar os recursos financeiros recebidos através do programa para realizar investimentos ou para as despesas operacionais, com prazo máximo de pagamento de 48 meses. Com a publicação da Medida Provisória nº 1.139, de 27 de outubro de 2022 o PRONAMPE foi aperfeiçoado, onde flexibilizam e regulamentam o prazo de pagamento das parcelas das operações para 72 meses.

A Pesquisa do SEBRAE ainda traz informações que houve uma leve redução no percentual de empresas que buscaram por crédito junto as instituições financeiras e um aumento no percentual de empresas que conseguiram empréstimos em 02/2021. Diante das pesquisas elencadas nesta sessão identifica-se que as dificuldades que afetaram as empresas de pequeno porte durante a pandemia foram a falta de conhecimento sobre gestão empresarial e financeira, assim como a deficiência de informações que deveriam ser aplicadas na empresa.

2.3.1 Abertura e Fechamento das Empresas de Pequeno Porte

O Brasil encerrou o ano de 2022 com 3.841.755 empresas abertas e 1.711.768 empresas fechadas. Nas aberturas das empresas houve uma redução de 4,68% sobre o ano de 2021, mas um crescimento percentual de 14,21% em relação a 2020.

Gráfico 1 - Total de empresas abertas e fechadas no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora baseado no Gov.br, Mapa de empresas, 2023

Conforme dados do Painéis do Mapa de Empresas (2023), que é uma ferramenta disponibilizada pelo Governo Federal para fornecer informações quantitativas de empreendimentos abertos e fechados em todo o território nacional, foi divulgado que no ano de 2022 no território nacional foram abertas 129.090 empresas de pequeno porte. Apenas no estado do Maranhão foram abertas 1.928 empresas de pequeno com o fechamento de 509 e na cidade de São Luís foram abertas 517, sendo fechadas 167 empresas.

Tabela 1 – Abertura e Fechamento de EPP

		2019	2020	2021	2.022
Brasil	Abertas	90.453	98.188	125.405	129.382
	Fechadas	35.522	35.182	39.382	44.778
Maranhão	Abertas	1.427	1.554	1.909	1.938
	Fechadas	334	382	391	509
São Luís	Abertas	453	470	532	521
	Fechadas	121	153	119	167

Fonte: Elaborada pela autora baseado no Gov.br, Painel mapa de empresas, 2023

As micro e pequenas empresas geraram 64% dos empregos no Maranhão no período de janeiro a novembro de 2022, sendo o setor de serviços o grande gerador de empregos, ficando em segundo lugar o setor do comércio. Quanto as atividades mais procuradas pelos empreendedores em 2022 para abrirem seus negócios foram lojas de roupa, restaurantes e lanchonetes, sendo que a cidade de São Luís possui o maior número de empresas abertas, segundo informações extraídas do portal da Junta Comercial do Maranhão – JUCEMA (2022).

2.4 A Contabilidade e as Demonstrações Contábeis

Várias são as formas utilizadas professores, escritores e doutrinadores para conceituar ou explicar a importância da contabilidade como instrumento de controle, mas segundo Ribeiro (2013, pag. 2) a contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades e seu objetivo principal é o controle desse patrimônio.

Nos tempos atuais a contabilidade é considerada pelos gestores das empresas como uma das principais ferramentas para auxiliarem na tomada de decisão. Assim, uma das principais técnicas contábeis utilizadas para auxiliar os gestores na tomada de decisão é a Análise das Demonstrações Contábeis, que trabalha de forma detalhada e analítica nos Demonstrativos Contábeis da organização (SILVA et al. 2018).

2.4.1 A obrigatoriedade da Demonstrações Contábeis conforme as normas

As demonstrações contábeis consistem em uma das grandes fontes de informações para nortear a tomada de decisão. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 26 R1 (2011, p. 3) a definição de Demonstrações contábeis “são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares”.

Conforme o artigo 176 da Lei 6.404/1976, também conhecida como a Lei da Sociedade por Ações, ao fim de cada exercício social deverá ser elaborado com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações

financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

Para a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 1000 R1 (2016, p. 3) destinada as pequenas e médias empresas, as demonstrações contábeis para fins gerais “são aquelas direcionadas às necessidades de informação financeira gerais de vasta gama de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação”.

A NBC TG 1000 (R1) traz informações do conjunto completo de demonstrações contábeis que deverá ser apresentada pelas entidades pelo menos anualmente, em seu item 3.17:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação; (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias

Já a Orientação Técnica Geral, OTG 1000, de 21 de outubro de 2015, orienta que as microempresas e empresas de pequeno porte estão obrigadas à manutenção de escrituração contábil regular e a elaborar demonstrações contábeis anuais. O item 26 da OTG 1000 estabelece que a “microempresa e a empresa de pequeno porte devem elaborar e apresentar as demonstrações contábeis anuais do exercício findo que está sendo reportado, de forma comparada com as do exercício imediatamente anterior”.

A interpretação, ITG 1000 aprovada pela Resolução CFC nº 1.418/2012, em seu item 26 cita que a “entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a

Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social”. Vale ressaltar que a Norma Brasileira de Contabilidade aprovou em 18 de novembro de 2021 a NBC TG 1002 cuja vigência foi aplicada em 01/01/2023, esta norma revogou a ITG 1000 aprovada pela Resolução CFC n 1.418/2012 (publicada em 21/12/2012) e a OTG 1000 (publicada em 21/10/2015).

Conforme a NBC TG 1002 (2021, p. 3), “objetivo das demonstrações contábeis de microentidades é apresentar informações sobre a posição financeira (balanço patrimonial) e o desempenho (resultado)”. A microentidade não está obrigada a elaborar notas explicativas, mas é incentivada a elaborar e divulgá-las. Já o conjunto completo de demonstrações contábeis deve incluir:

- (a) balanço patrimonial;
- (b) demonstração do resultado do exercício;
- (c) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.

Quanto a apresentação das demonstrações a NBC TG 1002 (2021, p. 4), traz a informação que a “microentidade deve manter a uniformidade na apresentação e classificação de itens nas demonstrações contábeis de um período para outro, bem como na escolha das práticas contábeis”.

2.4.2 As Demonstrações Contábeis e a avaliação econômico-financeira

É importante observar a representatividade e a evolução das contas, através das análises vertical e horizontal. Estas avaliações precisam ser realizadas em conjunto, para que seja dado mais enfoque à evolução de contas que sejam representativas dentro das demonstrações contábeis.

Padoveze (2000, p. 147) fala sobre o objetivo dos indicadores:

O objetivo básico dos indicadores econômico-financeiros é evidenciar a posição atual da empresa, ao mesmo tempo em que tentam inferir o que pode acontecer no futuro, com a empresa, caso aquela situação detectada pelos indicadores tenha sequência.

A análise financeira sob o olhar de Silva (2016, p. 174) pode ser conceituada como “o exame de informações obtidas por meio das demonstrações contábeis, com o intuito de compreender e avaliar aspectos como: capacidade de pagamento, nível de endividamento e capacidade de remunerar os investidores”.

- a) Análise Vertical (AV): processo de comparação percentual entre as cotas de um determinado grupo, a fim de identificar com maior facilidade a representatividade individual dentre deste referencial. Segundo Matarazzo (2010 p. 113), na análise vertical “é possível avaliar a participação em valor e em percentual dos valores das subcontas no total das contas”. Por exemplo, no Balanço Patrimonial, o Ativo Total e o Passivo Total são as referências de seus grupos, logo representam 100% e as demais contas que os compõe tem sua representatividade calculada dentro destes totais.
- b) Análise Horizontal (AH): é a análise comparativa de uma conta ou grupo de contas do Balanço Patrimonial ou DRE com sua conta equivalente nos exercícios anteriores e posteriores, admitindo uma ideia de tendência futura por meio da mensuração da sua evolução. Segundo Marion (2012 pág. 112) “na análise horizontal é possível analisarmos a variação dos valores das contas nos períodos, buscando a tendência de crescimento ou decréscimo”

2.4.3 Análise das Demonstrações Contábeis através dos indicadores financeiros

A partir das informações dos demonstrativos contábeis (balanço patrimonial e DRE) é possível verificar o desempenho e a situação financeira de uma empresa por um dado período através dos cálculos dos indicadores financeiros e/ou econômicos. Conforme Matarazzo diz:

Quando se examina um balanço patrimonial para saber como está formado, em seus menores componentes, está se fazendo uma análise. Além da utilização dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, também se utiliza a análise vertical e horizontal que demonstra a relação entre as contas que compõem o patrimônio. (Matarazzo 2003, p.243)

Para evidenciar a real situação das empresas através dos indicadores, as demonstrações devem estar elaboradas com informações corretas, ou seja, com dados reais da empresa para que assim possam auxiliar na tomada de decisão dos empresários na condução de seus negócios e auxiliar as instituições pela decisão da concessão do crédito.

Os principais indicadores utilizados na análise de crédito são aqueles que com os quais se possa obter informações sobre a capacidade pagamento da empresa

e em qual situação a empresa se encontra (índice de liquidez, de endividamento e de rentabilidade).

- a) Índice de Liquidez: visa demonstrar a capacidade de pagamento da empresa frente seus compromissos. Segundo Silva (2016, p. 200) os “índices de liquidez visam fornecer uma medida, ou melhor, um indicador da capacidade de a empresa pagar suas dívidas”. Os principais índices de liquidez são:

Liquidez Geral - mede os bens e direitos de curto e longo prazos (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) frente às dívidas totais (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante), ou seja, indica a liquidez da empresa, conforme citado por Silva (2016, p. 200). É representado pela fórmula:

Quadro 5 – Liquidez Geral

$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$

Fonte: Silva, 2016

Liquidez Corrente - mede a capacidade de pagamento no curto prazo. Silva (2016, p. 201) cita que a liquidez corrente “é um dos índices mais conhecidos e indica quanto a empresa possui de ativos circulantes em comparação com suas dívidas, ou seja, passivo circulante”. É representado pela fórmula:

Quadro 6 – Liquidez Geral

$LC = \frac{AC}{PC}$

Fonte: Silva, 2016

Liquidez Seca - mede as disponibilidades da empresa frente ao seu passivo de curto prazo, dispensando-se o esforço de vendas do estoque. Segundo Silva (2016, p. 202) a liquidez seca “indica quanto uma empresa possui em dinheiro, em aplicações financeiros de curto prazo e em duplicatas a receber, para fazer face ao seu passivo circulante”. É representado pela fórmula:

Quadro 7 – Liquidez Seca

$$LS = \frac{(AC - ESTOQUE)}{PC}$$

Fonte: Silva, 2016

- b) Índice de Endividamento Geral: visa demonstrar o percentual do ativo total da empresa que é financiado por recursos de terceiros, onde quanto maior o percentual, maior a dependência de recursos de terceiros. Segundo Marion (2012 p. 95) “são os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários”.

Quadro 8 – Endividamento Geral

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Fonte: Silva, 2016

Participação de Capitais de Terceiros – Indica o percentual de capital de terceiros em relação ao capital próprio, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos. Conforme informa Silva (2016, p. 194), este índice “indica o percentual de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos”.

Quadro 9 – Participação de Capitais de Terceiros

$$\text{Participação de Capitais de Terceiros} = \frac{PC + PNC}{PL} \times 100$$

Fonte: Silva, 2016

Composição do Endividamento - Evidencia qual o percentual de obrigações de curto prazo ante as obrigações totais. Para Silva (2016, p. 195), “indica quanto da dívida total da empresa deve ser pago a curto prazo; portanto, representa o perfil da dívida da empresa relativamente ao seu vencimento.” Para cálculo é utilizada a fórmula:

Quadro 10 – Composição do endividamento

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{PC}{PC + PNC} \times 100$$

Fonte: Silva, 2016

- c) Índice de rentabilidade: também conhecido como índice retorno, demonstra a capacidade da empresa em gerar lucros. Para Silva (2016, p. 181)

Por certo, o lucro é o principal estímulo do empresário e uma das formas de avaliação do êxito de um empreendimento. Os índices de retorno, também conhecidos por índices de lucratividade ou de rentabilidade, indicam qual o retorno o empreendimento está propiciando.

Os principais índices de rentabilidade analisados em um processo de concessão do crédito, são:

Retorno sobre as vendas – compara o lucro líquido em relação às vendas líquidas do período em que é fornecido o percentual de lucro que a empresa está obtendo em relação ao faturamento, conforme Silva (2016, p. 182).

Retorno sobre o Patrimônio Líquido – corresponde ao lucro líquido do exercício da empresa dividido por seu patrimônio líquido. Para Silva (2016, p. 185), “indica quanto de prêmio os proprietários da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos no empreendimento”.

Retorno sobre o Ativo – mostra a rentabilidade (lucro líquido) da entidade em relação ao seu ativo. Para Silva (2016, p. 183) o retorno sobre o ativo “indica a lucratividade que a empresa propicia em relação aos investimentos totais.

2.5 Estado da Arte

Como forma de identificar as produções acadêmicas realizadas com temas semelhantes ao da pesquisa em questão, conforme pesquisas relacionadas no Quadro 5, foi necessária uma busca na base de dados na plataforma do *Google Acadêmico*, sendo realizado o mapeamento das pesquisas que auxiliaram na elaboração do trabalho, sendo elas:

Quadro 11 – Pesquisas semelhantes ao tema proposto

Autor - Ano	Objetivo Geral	Método	Resultado
Samantha Dantas Mendes – 2020	Analisar a relevância das informações contábeis para as micro e pequenas empresas no enfrentamento das crises.	Estudo de caso com pesquisa bibliográfica descritiva e aplicação de questionário com empresários das micro e pequenas empresas da grande João Pessoa/PB	A maioria das micro e pequenas empresas utilizam os serviços contábeis na rotina de trabalho, e a consideram como ferramenta essencial. Muitas entidades aderiram aos programas de governo, ou passaram por alguma modificação em sua rotina de trabalho, na tentativa de se manterem abertas e sobreviver a crise, e para estes, a contabilidade teve um papel indispensável.
Caroline Flores Silva – 2021	Analisar as dificuldades na perspectiva do empresário/proprietário das micro e pequenas empresas do setor alimentício durante o período da pandemia de COVID 19.	Pesquisa exploratória com coleta de dados através de sites (SEBRAE e Guia Mais) e a utilização de questionário com 15 perguntas sendo aplicado em uma amostra de 63 empresas do segmento de alimentação na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul	Que as micro e pequenas empresas já vinham sofrendo com diversas dificuldades, desde o início das suas atividades, com a burocracia excessiva, falta de conhecimento em gestão e dificuldades contábeis. Após a pandemia as dificuldades foram: falta de conhecimento em mídias digitais, dificuldades em vendas e gestão em tempos de crise.
Ângela Beatriz da Silva Medeiros – 2021	Compreender como as ações desenvolvidas pela cooperativa de crédito impactaram as pequenas empresas durante a crise da pandemia da COVID-19.	Pesquisa de natureza aplicada do tipo exploratória, com a aplicação da entrevista semiestruturada com os gestores das três pequenas empresas associadas e dois colaboradores	No que remete ao apoio que os empresários receberam da cooperativa, as medidas realizadas promoveram organização das contas e investimentos na expansão das empresas. Por parte da cooperativa, ela se adaptou rapidamente no intuito de evitar a inadimplência.

Fonte: Elaborada pela autora

2.5.1 Samantha Dantas Mendes (2020) - A Importância da Contabilidade como Instrumento de Gestão nas Empresas: Uma Análise dos Impactos do Coronavírus nas Micro e Pequenas Empresas da Cidade de João Pessoa/PB

Conforme Mendes (2020), o principal objetivo da pesquisa é revelar a importância da contabilidade como instrumento de gestão na microempresa e pequena empresa localizada na cidade de João Pessoa – PB no período de crises da pandemia do Covid-19, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica com a aplicação de um questionário para levantamento de dados cujo universo da pesquisa foram os

empresários das micro e pequenas empresas de João Pessoa, totalizando 71 questionários respondidos.

Como forma de adequar o questionário as necessidades das pesquisas foram realizadas testes com os 4 contadores das empresas investigadas, sendo a maioria das empresas respondentes do ramo de prestação de serviços seguido do ramo do comércio.

Para tanto, conclui-se que a maioria dos gestores não possuem total domínio sobre a gestão financeira e encontram dificuldades no gerenciamento de suas empresas tornando a contabilidade como ferramenta essencial para tomada de decisões. A pesquisa resultou que é crucial ter um contador assessorando os negócios da empresa.

2.5.2 Caroline Flores Silva (2021) - Dificuldades das micro e pequenas empresas durante a Pandemia: uma análise a partir do ponto de vista dos Empresários.

De acordo com Silva (2021), a pesquisa tem como objetivo analisar as dificuldades sob a perspectiva dos empresários/proprietários de microempresas e empresas de pequeno porte durante o período da pandemia, tendo como foco o segmento de alimentação da cidade de Dourados – MS, onde foi aplicado um questionário para coleta de dados com 260 empresas onde 63 foram respondentes. Na pesquisa foi relatado pelos encarregados que antes da pandemia as empresas já vinham sofrendo diversas dificuldades, como falta de experiência, conhecimento empresarial e controle contábil. Sendo esses negócios impactados de forma negativa ainda mais no período da pandemia cujas dificuldades principais apresentadas foram: falta de conhecimento em mídias digitais, falta de conhecimento de gestão em tempo de crise, dificuldade em vendas e atraso no pagamento de funcionários e aluguéis.

Sendo assim, as principais estratégias adotadas para amenizar a situação das empresas após o impacto negativo da pandemia foram: investimento em marketing e redes sociais, fechamento das empresas por um tempo e vendas online com entrega por delivery ou retirada.

2.5.3 Ângela Beatriz da Silva Medeiros (2021) - Os impactos das soluções financeiras ofertadas por uma cooperativa de crédito para pequenas empresas durante a pandemia da COVID-19.

No trabalho elaborado por Medeiros (2021) o objetivo é compreender como as ações desenvolvidas pela cooperativa de crédito impactaram as pequenas empresas associadas durante a pandemia do Covid-19, sendo aplicada um roteiro de entrevista semiestruturado com gestores de 3 empresas pequenas e 2 colaboradores de uma cooperativa de crédito na cidade de João Pessoa, para coleta de dados.

As empresas envolvidas na entrevista foram os proprietários das empresas do ramo da construção civil e os escritórios de contabilidade. Já quanto a cooperativa de crédito os participantes ocupavam o cargo de supervisão e de agente de atendimento.

Portando as soluções disponibilizadas como a negociação dos contratos que possuíam atrasos, a concessão de crédito como forma de apoiar o desenvolvimento das empresas além da linha de crédito PRONAMPE em conjunto com o governo atenderam as pequenas empresas cujas medidas realizadas promoveram organização das contas/despesas e investimentos na expansão das empresas.

Dessa forma, conclui-se que caso os empresários não tivessem recebido os recursos da cooperativa, provavelmente estariam inadimplentes ou não teriam recursos para investir em melhorias.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

PRODANOV (2013, p.14) aborda em sua obra que a definição etimológica da palavra metodologia vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo. Logo podemos observar que metodologia é o estudo dos métodos que serão utilizados para a realização de algo.

Prodanov afirma que a “metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (PRODANOV, 2013, p.13). ZANELLA (2006, p. 14) afirma que a pesquisa quanto ao conhecimento empírico “é o conhecimento obtido pelo acaso, pelas diversas tentativas de acertos e erros, independentemente de estudos, de pesquisas ou de aplicações de métodos”.

Esta pesquisa está voltada direta e exclusivamente para o meio acadêmico, logo do ponto de vista de sua natureza é uma pesquisa básica. Já quanto aos objetivos, ou seja, a finalidade da pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória, visando realizar levantamentos bibliográficos constituído principalmente dos artigos científicos e monografias extraídos da ferramenta do Google Acadêmico, pesquisa em livros e publicações na internet de matérias que abordam a temática deste trabalho, observando a confiabilidade das fontes do assunto abordado nesta pesquisa.

Segundo Prodanov (2013, p.51-52), a pesquisa exploratória é:

quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tendo como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

No tocante ao procedimento técnico para a coleta de dados será realizado um estudo de caso em uma cooperativa de crédito na cidade de São Luís no estado do Maranhão, onde os dados coletados através dos relatórios de “concessão de crédito” com propostas recomendadas ou não recomendadas em conjunto com o relatório “base de relacionamento pessoa jurídica”, do período de 2020 a 2022 serão transformados em tabelas e convertidos em gráficos para a visualização sobre o quantitativo de operações liberadas e não liberadas para as Empresa de Pequeno Porte associadas a cooperativa de crédito foco desta pesquisa.

Assim como a aplicação de uma entrevista estruturada, visto que foi utilizado um roteiro, com o gerente da cooperativa de crédito com a intenção de obtenção de informações diretamente relacionadas sobre todo o processo de concessão de crédito para as empresas de pequeno porte.

Segundo Lakatos (2003, p. 196) os tipos de entrevistas variam conforme o objetivo do entrevistador, sendo classificadas como:

- a) Padronizada ou Estruturada. É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. O pesquisador não é livre para adaptar suas perguntas a determinada situação, de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas.
- b) Despadronizada ou não-estruturada. O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.
- c) Painel. Consiste na repetição de perguntas, de tempo em tempo, às mesmas pessoas, a fim de estudar a evolução das opiniões em períodos curtos. As perguntas devem ser formuladas de maneira diversa, para que o entrevistado não distorça as respostas com essas repetições

A pesquisa documental também está presente nesta pesquisa devido a utilização de documentos oficiais como a Norma Brasileira de Contabilidade, Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e os relatórios fornecidos pela instituição das operações de crédito cujo teor da informação são as operações recomendadas ou não pelo setor de análise de crédito da cooperativa de crédito. Toda a pesquisa abrange o período que vai de 2019 até 2021.

Sob o ponto de vista da abordagem do problema a pesquisa será do tipo qualitativo pois visa entender como a cooperativa de crédito toma suas decisões para a liberação ou não dos créditos solicitados pelas empresas de pequeno porte, logo a obtenção dessa resposta será dada através da análise dos dados levantados por meio do estudo de caso.

Prodanov (2013, p.70) aborda que a pesquisa qualitativa considera que há uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.”

Visando garantir o aspecto ético da pesquisa, todos os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, nos termos da Resolução Nº 466/2012 e Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde assim como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, no que tange o tratamento de dados pessoais em meio físico e digital. O termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue ao participante da entrevista, o qual ficará de posse de uma cópia do TCLE.

A pesquisa será imparcial e não oferecerá detrimento aos participantes, os procedimentos adotados para a coleta de dados desta pesquisa não implicarão riscos a imagem da empresa assim como o material coletado será de uso exclusivo para a elaboração desta pesquisa. Vale ressaltar que os relatórios recebidos não serão objeto de comercialização ou divulgação que possa prejudicar a imagem da instituição ou do entrevistado.

Assim sendo, comprometo-me em manter os dados coletados em sigilo e na redação da pesquisa não será mencionado o nome da instituição como forma de preservar a empresa e garantir assim a sua integridade. Quanto aos dados coletados eles serão deletados tão logo a pesquisa seja finalizada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo de caso objeto desta pesquisa, visa demonstrar a importância da elaboração das demonstrações contábeis como ferramenta decisória para a concessão de crédito junto as instituições financeiras e ferramenta de apoio na gestão das empresas. Assim como evidenciar as principais dificuldades encontradas pelas cooperativas em obter toda a documentação necessária para a formalização do processo de análise para a liberação do recurso.

O objetivo desta seção é expor os resultados da pesquisa sobre as concessões de crédito realizadas em uma cooperativa de crédito na cidade de São Luís do Maranhão às empresas de pequeno porte, tomando como base de dados as informações extraídas dos relatórios concedidos pela cooperativa (relatório de concessão de crédito e base de relacionamento), assim como as informações obtidos com a aplicação da entrevista com o gerente geral da instituição, visando esclarecer como ocorre o processo de análise para a concessão de crédito para as empresas de pequeno porte associadas na cooperativa.

Tomando como base o relatório cadastral de pessoa jurídica onde consta informações de todos os cadastros com situação ativa na cooperativa até dezembro de 2022, podemos observar que em um universo de 261 contas de PJ, 18% se referem a cadastros de empresas de pequeno porte, o que implica dizer que a cooperativa possui 48 contas ativas, ou seja, contas com movimentações financeiras.

Gráfico 2 – Base cadastral



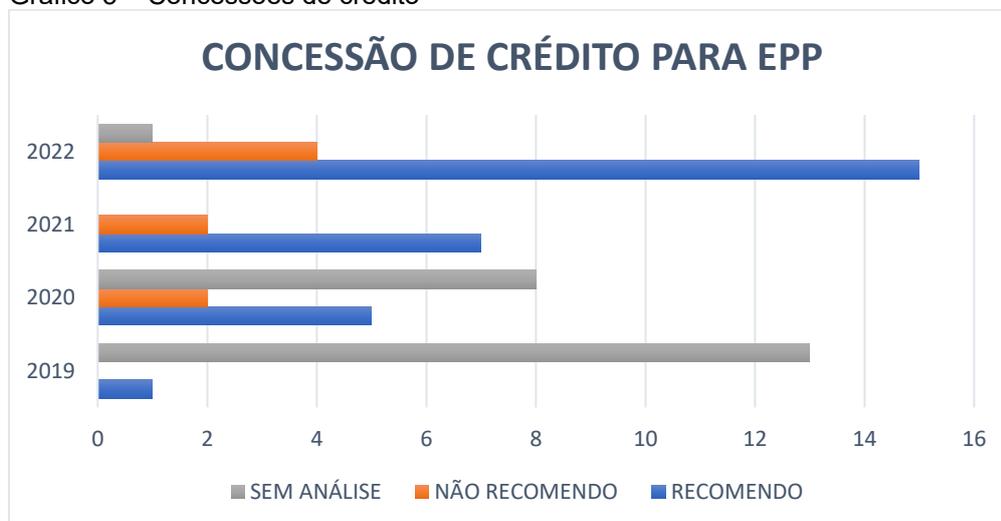
Fonte: Elaborada pela autora, 2023

Quando questionado na entrevista sobre as linhas de crédito específicas para as empresas de pequeno porte, o gerente geral informou que a cooperativa possui as linhas de “capital de giro, cheque empresarial (cheque especial) financiamento de equipamentos e veículos e limite para antecipação de recebíveis”.

Observando o universo de créditos solicitados no período de 2019 a 2022 a cooperativa demonstrou através do relatório “Processo de concessão de crédito” que de 335 operações solicitadas 58 operações foram pelas empresas de pequeno porte. Sendo o ano de 2022 o como maior número de solicitações de crédito, onde 15 contratos receberam análise de recomendo, 4 de não recomendo e 1 contrato ficou sem análise.

Já em 2019, 13 operações não receberam análise de crédito a apenas 1 foi recomendada pelos analistas técnicos da cooperativa. Na cooperativa a procura pela linha de crédito do PRONAMPE foi insignificante, visto que analisando o relatório observamos apenas 1 solicitação no ano de 2020.

Gráfico 3 – Concessões de crédito



Fonte: Elaborada pela autora, 2023

Quando voltamos nosso olhar para os produtos ofertados para as 48 empresas de pequeno porte ativas na cooperativa podemos observar que a linha de crédito geral é um dos produtos mais ofertados pela cooperativa devido a procura pelos empresários e gestores das empresas desse porte. Na sequência temos o depósito a prazo com 18 liberações, o cartão de crédito com 16 aprovações, a linha de cheque especial com 13 concessões e por fim apenas 5 cartões de débitos.

Gráfico 4 – Produtos de créditos liberados



Fonte: Elaborada pela autora, 2023

O processo de análise de crédito tem por objetivo avaliar os riscos envolvidos em uma solicitação de crédito, certificando-se da veracidade das informações apresentadas pelo proponente e apurando sua capacidade de pagamento. A tabela abaixo apresenta as verificações básicas recomendadas para a tomada de decisão de crédito, conforme informações repassadas pelo gerente geral da cooperativa.

Tabela 02 – Documentação para análise do crédito

	Proponente	Garantidor	Grupo Econômico do Proponente
Cadastro Completo do Associado	X	X	X
Consulta aos Bureaux de Crédito - Serasa e/ou SCPC	X	X	X
Consulta ao SCR do BACEN	X	X	X
Relatório de Tradição do Associado	X	X	
Comprometimento do associado na cooperativa	X	X	X
Consulta da situação do CPF/CNPJ no site da Receita Federal	X	X	X
Relatório de visita	X		
Faturamento dos últimos 12 meses	X		
Balanço Perguntado ou Relação Mensal de Despesas	X		
Declaração Anual do Simples Nacional - SIMEI	X		
Comprovante de Bens Patrimoniais do sócio		X	X

Fonte – Manual Análise de Crédito de MEI e Empresário Individual da cooperativa

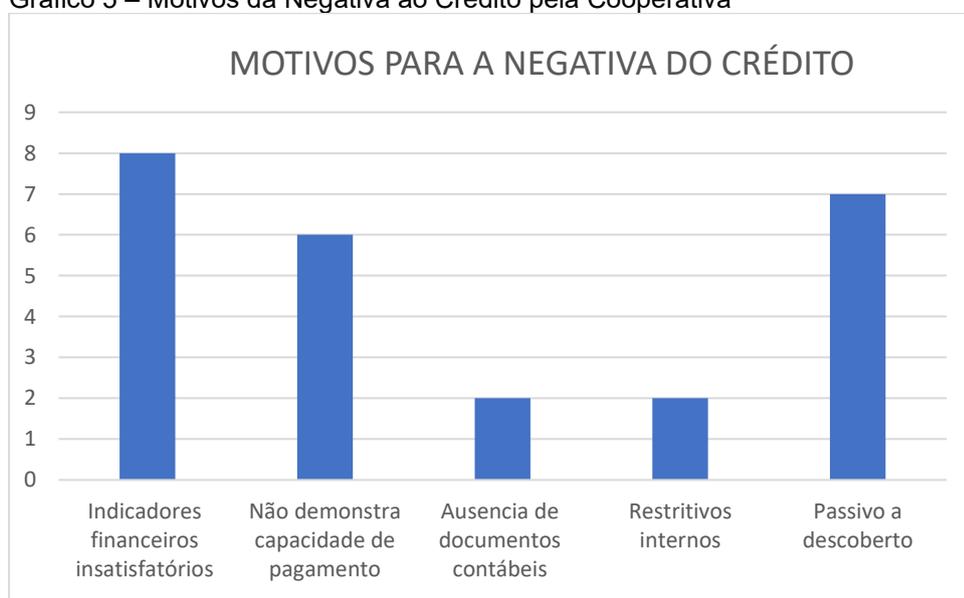
Na entrevista quando interrogado sobre quais demonstrações contábeis são solicitadas para a análise da concessão do crédito, foi respondido que a

cooperativa solicita “o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Relação de Faturamento dos últimos 12 meses e o Balanço Perguntando, conforme o manual sistêmico da cooperativa”, trata-se de técnicas praticadas para auxiliar na avaliação de crédito de empresas (pessoas jurídicas) que não emitem demonstrativos contábeis, ou quando as demonstrações contábeis não são suficientes para a tomada de decisão de crédito.

Aplicando a pergunta de número 3 onde foi questionado se além das demonstrações contábeis exigidas pela ITG 1000 a cooperativa solicita outros documentos para comprovar a capacidade de pagamentos, foi informado que é solicitado “a declaração de faturamento (ou extrato) mensal do simples nacional”.

Analisando ainda o relatório de concessões de crédito podemos identificar os motivos da negativa do crédito às empresas de pequeno porte, sendo eles: indicadores financeiros insatisfatórios, empresa não demonstra capacidade de pagamento, ausência de documentos contábeis (Balanço e DRE) e passivo a descoberto, ou seja, a soma dos saldos das contas do ativo (bens e direito) da empresa estão menores que a soma dos saldos das contas do passivo (obrigações).

Gráfico 5 – Motivos da Negativa ao Crédito pela Cooperativa



Fonte: Elaborada pela autora, 2023

Ainda sobre a entrevista, quando perguntando sobre quais dificuldades a cooperativa enfrenta para realizarem o atendimento ao crédito solicitado pelas empresas de pequeno porte, foi informado que “o tempo de atuação das empresas” dificulta a análise, pois as empresas não possuem documentação contábil o que

dificulta a análise da capacidade de pagamento. Assim como “a apresentação de faturamento não compatível ao crédito solicitado”, ou seja, o faturamento apresentado pela empresa é insuficiente para tomar crédito de valores maiores.

Analisando todas as perguntas aplicadas finalizamos interrogando como ocorre o processo de concessão do crédito, onde foi respondido que “visando avaliar de forma ordenada todas as informações necessárias para uma tomada de decisão mais segura, o processo de análise de crédito segue um roteiro”. O roteiro mencionado na resposta do entrevistado é composto pelas seguintes etapas:

1. Situação cadastral – consultar se a situação do CNPJ e do CPF estão regulares junto na Receita Federal do Brasil, pois caso contrário a empresa não poderá tomar o crédito. Também é analisado o cadastro completo, com informações devidamente comprovadas através das documentações apresentadas pela empresa.
2. Relacionamento e comportamento - analista de crédito deve avaliar o relacionamento do associado com a Cooperativa e com o Mercado através de informações como: tempo de relacionamento, pontualidade de pagamentos, faixa de risco e restritivos (consultar o Serasa, SPC, SCR).
3. Avaliação da Capacidade de pagamento – o analista de crédito realiza a análise dos documentos contábeis apresentados e a relação de faturamento como forma de obter informações sobre a capacidade pagamento da empresa e em qual situação a empresa se encontra através dos indicadores financeiros (liquidez, endividamento e rentabilidade).

4.1 Balanço Perguntado

No decorrer da entrevista observamos que entre as documentações solicitadas pela cooperativa de crédito foi mencionado o balanço perguntado. Dessa forma despertou a curiosidade de saber como se elabora o balanço e nos foi apresentado o manual sistêmico do Balanço Perguntado, cujo objetivo desta técnica é auxiliar na avaliação de crédito de empresas (pessoas jurídicas) que não emitem demonstrativos contábeis, ou quando as demonstrações contábeis não são

suficientes para a tomada de decisão de crédito através da aplicação de um questionário, conforme Anexo 1.

Para a elaboração do balanço perguntado se faz necessário a aplicação de uma entrevista de crédito junto ao sócio e/ou administrador da empresa associada pelo Gerente de Negócio da cooperativa, cujo propósito da entrevista de crédito é conhecer a empresa, aplicar a técnica do balanço perguntado e levantar o máximo de informações para que o analista de crédito possa mensurar assertivamente as condições creditícias da empresa solicitante do crédito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a disseminação do vírus denominado coronavírus houve repercussão não somente no cenário social, mas também no cenário econômico o que impactou o mercado de crédito afetando diretamente as empresas de pequeno porte, levando algumas a encerrarem suas atividades.

Diante disso, respondendo à pergunta problema e o objetivo geral, a pesquisa mostrou que a cooperativa de crédito (tema do estudo em questão), possui um roteiro para analisarem as operações de crédito cuja finalidade desse processo é auxiliar na tomada de decisão pela concessão ou não. Na rotina mencionada consta: análise da base cadastral para a verificação das informações documentais apresentadas e consulta na base da Receita Federal do Brasil da situação do CNPJ e/ou CPF; análise dos rendimentos das empresas através das documentações apresentadas (Balanço Patrimonial, DRE, declaração de faturamento mensal do simples nacional), sendo que nas situações em que as empresas informam que não emitem os demonstrativos contábeis (balanço e o DRE) a cooperativa realiza a aplicação de uma entrevista, que poderá ocorrer tanto na cooperativa quanto no endereço da empresa associada, como forma de realizar o preenchimento do balanço perguntado.

Logo, diante do que foi exposto acima podemos afirmar que o primeiro e segundo objetivo específico foram atendidos, pois foi explanado como funciona o processo da análise para concessão do crédito para as EPP e foi identificadas as demonstrações contábeis utilizadas para a realização das análises, quanto aos critérios usados para liberação do crédito observamos que a cooperativa realiza a análise dos demonstrativos contábeis como forma de averiguar a capacidade pagamento da empresa e em qual situação a empresa se encontra.

O terceiro e último objetivo tinha como finalidade pontuar melhorias no processo da concessão em meio às dificuldades das empresas em conceder a documentação necessária para a análise do crédito, sendo que a melhoria identificada parte da conscientização dos responsáveis pelas empresas de pequeno porte sobre a importância da utilização da contabilidade e a aplicação de suas técnicas contábeis como ferramenta para nortear a gestão das empresas e auxiliarem na tomada de decisão.

Esses resultados se relacionam com o estudo semelhante feito por Mendes (2020) em seu trabalho sobre a Importância da Contabilidade como Instrumento de Gestão nas Micro e Pequenas Empresas cujo resultado obtido foi a falta de domínio sobre gestão por parte dos gestores das empresas e as dificuldades encontradas para o gerenciamento de seus negócios, como também os empresários confirmaram que a contabilidade é ferramenta essencial para a tomada de decisão. Assim como aborda os resultados do estudo de Silva (2021) sobre as dificuldades das micro e pequenas empresas durante a pandemia onde as empresas tiveram que se reinventar adotando estratégias para amenizar o impacto negativo da pandemia, como: investimento em marketing e redes sociais, fechamento das empresas por um tempo e vendas online com entrega por delivery ou retirada. Já no trabalho de Medeiros (2021), onde a concessão de crédito é uma das soluções financeiras ofertadas por uma cooperativa de crédito às pequenas empresas durante a pandemia do covid-19 como forma de promover a organização das despesas e investimentos na expansão das empresas.

Como limitação da pesquisa, na busca por dados junto a página virtual da Junta Comercial do Maranhão não foi possível localizar informações atualizadas sobre o quantitativo de empresas abertas e encerradas na cidade de São Luís, onde as informações traziam dados apenas do ano de 2020. Assim como não foi possível realizar a aplicação da entrevista com o gerente de negócio e com os Diretores da Cooperativa.

Os resultados desta pesquisa abrem espaço para nova pesquisas, logo como sugestão de pesquisas futuras recomenda-se realizar pesquisas com temas relacionados as cooperativas de crédito e a aplicação da contabilidade e suas técnicas contábeis como ferramenta de decisão durante a após a pandemia.

REFERÊNCIAS

_____. **ORIENTAÇÃO TÉCNICA GERAL – OTG 1000. Aprova a OTG 1000 que dispõe sobre modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte.** Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/OTG1000.pdf>. Acesso em 09 jun. 2023

_____. **RESOLUÇÃO CFC n.º 1.418/12 (ITG 1000). Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.** Brasília, 5 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001418. Acesso em: 10 jun. 2023.

BACEN. **O que é cooperativa de crédito.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em 08 mar. 2022

BNDES. **Porte de Empresa.** Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>. Acesso em 11 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.** Presidência da República. Dispõe sobre as Sociedades por Ações

BRASIL. **Lei Complementar nº. 123/06, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15.12.2006

BRASIL. **Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971.** Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5764&ano=1971&ato=f a6EzYU50MjRVT8a7>. Acesso em 15 jun. 2017.

CONASS. **Painel Nacional: COVID-19.** Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em 16 mai. 2023

CPC 26 R1. **Apresentação das Demonstrações Contábeis.** 2012.

DATA SEBRAE. **O impacto do coronavírus.** 07 abr. 2020. Disponível em: https://dataSEBRAE.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Impacto-do-coronav%C3%ADrus-nas-MPE-2a-edicao-por_porte.pdf. Acesso em 26 mai. 2023.

FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **O que é uma cooperativa de crédito.** Disponível em: <https://www.fgcoop.coop.br/noticias/33>. Acesso em 17 jun. 2017.

GOV.BR. **Covid-19: Pessoas estão recuperadas no Brasil.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-diarios-covid-19/covid-19-21-626-836-pessoas-estao-recuperadas-no-brasil>. Acesso em 17 mai. 2023

GOV.BR. **Painéis do mapa de empresas**. 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 26 mai. 2023

GOV.BR. **Variante Ômicron: Brasil dá resposta rápida em vigilância e monitoramento da Covid-19**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/dezembro/variante-omicron-brasil-da-resposta-rapida-em-vigilancia-e-monitoramento-da-covid-19>. Acesso em 17 mai. 2023.

JUNTA COMERCIAL DO MARANHÃO. **Anuário estatístico 2020**. Disponível em: http://api.jucema.ma.gov.br/files/1611868541_anuario-estatistico-jucema.pdf. Acesso em 02 mar. 2022.

LIMA, João Paulo Cavalcante *et al.* **Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 14, p. 127-144, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 2003.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7º.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, Angêla Beatriz da Silva. **Soluções financeiras ofertadas por uma cooperativa de crédito para pequenas empresas durante a pandemia da COVID-19**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.

MENDES, Samantha Dantas. **A importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas: uma análise dos impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa/PB**. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde declara fim da Emergência em Saúde Pública de importância Nacional**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19#:~:text=O%20ministro%20da%20Sa%C3%BAde%2C%20Marcelo,no%20Di%C3%A1rio%20Oficial%20da%20Uni%C3%A3o>. Acesso em 17 mai. 2023

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. NBC TG 1000 (R1). **Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf). Acesso em 10 jun.2023.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. NBC TG 1002. **Contabilidade para microentidades**. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1002.pdf>. Acesso em 10 jun.2023

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS**. Paho. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 15 jun. 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2000.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **O que é uma cooperativa de crédito ou instituição financeira cooperativa?** Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/o-que-e-uma-cooperativa-de-credito-2/>. Acesso em 22 fev. 2022.

PORTAL JUCEMA. **Pequenos negócios geraram 64% dos empregos no Maranhão**. Disponível em: <https://portal.jucema.ma.gov.br/pagina/882>. Acesso em: 30 mai. 2023

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2008

SCHREIBER, D.; MORAES, M. A.; STASIAK, L. **O impacto da crise pelo Covid-19 nas micro e Empresas de Pequeno Porte**. Revista Vianna Sapiens, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 30, 2021. DOI: 10.31994/rvs.v12i1.707. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/707>. Acesso em 24 mar. 2022.

SEBRAE. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2018/anuarioPequenoNegocio2018/index.html?pa ge=12>. Acesso em 11 abr. 2022.

SEBRAE. **Como abrir uma Micro ou Pequena Empresa**. Disponível em: <https://SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/artigos/como-abrir-uma-micro-ou-pequena-empresa,c415226b84fd7710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em 23 mai. 2023.

SEBRAE. **História da Lei Geral**. Disponível em: <https://SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/artigos/historico-da-lei-geral,8e95d6d4760f3610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 25 mai.2023

SEBRAE. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**. Disponível em: <https://www.SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/artigos/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa,46b1494aed4bd710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 19 mai. 2023

SEBRAE. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: [https://www.SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/ufs/sp/SEBRAEaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VqnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=No%20Brasil%20existem%206%2C4,\(16%2C1%20milh%C3%B5es\)](https://www.SEBRAE.com.br/sites/PortalSEBRAE/ufs/sp/SEBRAEaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VqnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=No%20Brasil%20existem%206%2C4,(16%2C1%20milh%C3%B5es)). Acesso em 08 mar. 2022.

SEBRAE. **Pesquisa do SEBRAE mostra que, em 2020, dobrou a demanda por crédito nos pequenos negócios**. Disponível em: <https://agenciaSEBRAE.com.br/brasil-empendedor/pesquisa-do-SEBRAE-mostra-que-em-2020-dobrou-a-demanda-por-credito-nos-pequenos-negocios/>. Acesso em 03 mar. 2022

SERASA *EXPERIAN*. **Empresa de pequeno porte: como são, como funcionam e características principais**. Disponível em: <https://empresas.serasaexperian.com.br/blog/empresa-de-pequeno-porte/>. Acesso em 23 mai. 2023.

SERASA *EXPERIAN*. **Tudo sobre empréstimo para pequenas empresas**. Disponível em: <https://empresas.serasaexperian.com.br/blog/emprestimo-para-pequenas-empresas/>. Acesso em 23 mai. 2023.

SILVA, Caroline Flores *et al.* **Dificuldades das micro e pequenas empresas durante a pandemia: uma análise a partir dos pontos de vista dos empresários**. 2021.

SILVA, F.B.; NEVES, L.H.G.; CARVALHO, K.W.; AGOSTINI, C.; MELLO, M.P. de S. **Análise das Demonstrações Contábeis no Setor da Construção Civil: um Estudo de Caso na Empresa Mrv Engenharia e Participações S.A. 2018**. Disponível em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/21220280.pdf>. Acesso em 10 jun. 2023.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VICECONTI, Paulo. **Contabilidade básica**. Saraiva Educação SA, 2013.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. SEAD/UFSC, 2006.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante, este é um convite para a participação na pesquisa intitulada: **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA DE DECISÃO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DURANTE A PANDEMIA**: um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito em São Luís - MA.

Você foi escolhido para contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa. Todavia, ressalta-se que a qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. Pontua-se que a pesquisa tem por objetivo geral demonstrar que a análise das demonstrações contábeis através de informações fidedignas assegura às cooperativas de crédito concessões seguras e sustentáveis em suas operações.

Evidencia-se que toda pesquisa incorre em riscos para os participantes, porém os riscos relacionados à sua participação são mínimos, podendo ser de ordem psicológica, uma vez que poderá haver pequeno desconforto com relação à presença do pesquisador durante a aplicação dos questionários e realização das entrevistas. Além disso, pode ocorrer da participação na pesquisa comprometer suas atividades diárias, tendo em vista o desprendimento de pelo menos 30 (trinta) minutos de seu tempo. Todavia, tais riscos são minimizados em detrimento da contribuição de sua participação para a melhoria dos serviços de análise de crédito da Cooperativa de Crédito em São Luís, logo sem quaisquer implicações legais.

Ressalta-se que todos os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, nos termos da **Resolução Nº 466/2012 e Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde**. Desse modo, nenhum dos procedimentos adotados para coleta de dados nesta pesquisa implicará em riscos à sua imagem, integridade física, psicológica ou dignidade humana.

A pesquisa contribuirá para identificar quais demonstrações contábeis são utilizadas para a realização das análises e os critérios usados para liberação do crédito e pontuar melhoria no processo da concessão em meio as dificuldades das empresas em conceder a documentação necessária para a análise do crédito

Logo, não haverá nenhum tipo de despesa para aqueles que contribuirão respondendo questionários ou concedendo entrevistas à pesquisa.

Caso aceite participar desta pesquisa, informa-se que a coleta de dados contemplará **relatórios cadastrais e relatórios de concessões de crédito que traga informações de operações recomendadas e não recomendadas das empresas de pequeno porte em formato Excel**. Os participantes terão além dos benefícios acima descritos, orientações e esclarecimentos a respeito de todo o processo de aplicação dos instrumentos. Todas as informações obtidas por meio desta pesquisa serão estritamente confidenciais, lhe assegurando o total sigilo sobre sua participação, uma vez que não serão solicitados quaisquer dados pessoais. Destaca-se que os dados coletados servirão de insumos para produtos de natureza científica (trabalho de conclusão de curso e artigo científico), assegurando seu anonimato nas publicações desdobradas da pesquisa. Logo, os produtos da pesquisa serão divulgados com o suporte do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB).

Você receberá uma via deste termo, constando o telefone e o endereço do pesquisador principal desta pesquisa, para quaisquer dúvida ou esclarecimento que

venha a ter sobre o projeto de pesquisa, sua participação, agora ou em momentos posteriores. Além disso, também é informado o endereço e os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UNDB, para qualquer reclamação, dúvida ou esclarecimento. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de **FORMA LIVRE** para participar desta pesquisa. Pedimos que preencha, por favor, os itens que seguem:

CASO AINDA TENHA DÚVIDAS À RESPEITO NÃO ASSINE ESTE TERMO

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Josiane Sousa Pinheiro
Nome do Pesquisador

PESQUISADOR PRINCIPAL:

Nome: Josiane Sousa Pinheiro

Endereço: Avenida este, quadra 6ª nº 13 – Cidade Operária

Contato: (98) 98893-2053

E-mail: jospinheiros@yahoo.com.br

ORIENTADOR: Gustavo Pereira Nunes

E-mail: gustavo.nunes@undb.edu.br

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNDB

Endereço: Avenida Colares Moreira, 443 – Jardim Renascença, São Luís – MA, 65075-441

Telefone: (98) 4009 - 7070

APÊNDICE B – Modelo de Entrevista

- 1. A cooperativa possui linha de crédito específica para as Empresas de Pequeno Porte associadas?**
- 2. Quais demonstrações contábeis são solicitadas pela cooperativa para análise na concessão de crédito?**
- 3. Além das demonstrações contábeis exigidas pela ITG 1000, a cooperativa solicita outros documentos para comprovar a capacidade de pagamentos das Empresas de Pequeno Porte?**
- 4. Quais dificuldades a cooperativa enfrenta para realizarem o atendimento das Empresas de Pequeno Porte em relação aos créditos solicitados?**
- 5. Como é o processo da concessão do crédito para as empresas de pequeno porte?**

ANEXO 1

BALANÇO PERGUNTADO

Empresa Analisada (Razão Social)		CNPJ
Ramo de Atividade da Empresa		Data de Fundação
1	INFORMAÇÕES PARA MONTAGEM DO ATIVO	
	CIRCULANTE	
	VALOR ATUAL EM CAIXA E BANCOS	
	VALOR ATUAL EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
	VALOR A RECEBER DE CLIENTES (atual: cheques, duplicatas)	
	VALOR ATUAL DE PRODUTOS PRONTOS OU MERCADORIAS P/ VENDA (Considerar Preço de Custo)	
	OUTROS VALORES A RECEBER (atual)	
	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
	VALOR A RECEBER DE CLIENTES A LONGO PRAZO (cheques, duplicatas, após 360 dias)	
	OUTROS VALORES A RECEBER A LONGO PRAZO (após 360 dias)	
	PERMANENTE	
VALOR DE MERCADO DOS IMÓVEIS DA EMPRESA		
VALOR DE MERCADO DOS VEÍCULOS DA EMPRESA		
VALOR DE MERCADO DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA EMPRESA		
OUTROS BENS EM NOME DA EMPRESA		
2	INFORMAÇÕES PARA MONTAGEM DO PASSIVO	
	CIRCULANTE	
	VALOR ATUAL A PAGAR A FORNECEDORES (atual)	
	VALOR ATUAL A PAGAR EM SALÁRIOS (atual)	
	VALOR ATUAL A PAGAR EM IMPOSTOS (atual)	
	VALOR ATUAL A PAGAR A BANCOS NOS PROXIMOS 360 DIAS (atual)	
	OUTROS VALORES A PAGAR NOS PRÓXIMOS (atual)	

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
VALOR ATUAL A PAGAR A BANCOS APÓS 360 DIAS	
OUTROS VALORES A PAGAR APÓS 360 DIAS	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CAPITAL INVESTIDO PELOS SÓCIOS NA EMPRESA	
RESULTADO ACUMULADO	
3	INFORMAÇÕES PARA MONTAGEM DO DRE
ESTRUTURA DE VENDAS	
MÉDIA MENSAL DE RECEITAS / VENDAS (SOMADOS A VISTA E A PRAZO)	
MÉDIA MENSAL DE IMPOSTOS SOBRE VENDAS	
ESTRUTURA DE CUSTOS E DESPESAS	
MÉDIA MENSAL DO CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS	
MÉDIA MENSAL DE DESPESAS COM VENDAS	
MÉDIA MENSAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
MÉDIA MENSAL DE DESPESAS FINANCEIRAS	
VALORES NÃO OPERACIONAIS	
MÉDIA MENSAL DE RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	
MÉDIA MENSAL DE DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
IMPOSTO DE RENDA	
MÉDIA MENSAL DE PROVISÃO PARA PAGAMENTO DE IR	

_____, ____ de 20__

 Empresa
 CNPJ